



ITAUTEC S.A. - GRUPO ITAUTEC

CNPJ nº 54.526.082/0001-31

Companhia Aberta

www.itaotec.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 31 DE DEZEMBRO DE 2015

A Itaotec S.A. - Grupo Itaotec, companhia brasileira de capital aberto, apresenta seus resultados consolidados relativos ao quarto trimestre de 2015 (4T15) e ao exercício de 2015, preparados e apresentados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e conforme as normas internacionais de relatórios financeiros IFRS (International Financial Reporting Standards) emitidas pelo IASB (International Accounting Standards Board), e contam com o parecer favorável dos auditores externos, Baker Tilly Brasil Auditores Independentes S.S.

Parceria com a Oki Electric Industry Co. Ltd.

Em reunião de 25.02.2015, o Conselho de Administração aprovou a intenção da Itaotec em exercer a put option (opção de venda) dos 30% de participação que possui na Oki Brasil Indústria e Comércio de Produtos e Tecnologia em Automação S.A. ("Oki Brasil"), que deverá ocorrer em janeiro de 2017, conforme previsto no Acordo de Acionistas. Desta forma, a partir de fevereiro de 2015 o investimento da Itaotec no capital social da Oki Brasil passou a ser classificado contabilmente como "Ativo Não Circulante Mantido para Venda".

Gestão Estratégica

Durante o ano de 2015 a Itaotec praticamente realizou o estoque remanescente destinado à venda.

A Itaotec continua honrando os contratos de garantia e manutenção de equipamentos relativos à marca Itaotec/Infoway, não acarretando qualquer inconveniente a seus Clientes.

DESEMPENHO CONSOLIDADO

A receita líquida consolidada de vendas e serviços do exercício de 2015 foi de R\$ 28,4 milhões.

O resultado bruto acumulado do exercício foi negativo em R\$ 5,7 milhões.

As despesas operacionais em 2015 atingiram R\$ 29,0 milhões.

O resultado líquido acumulado de 2015 foi um prejuízo de R\$ 19,3 milhões.

O saldo de disponibilidades financeiras ao final de 2015 é de R\$ 117,0 milhões e a dívida financeira bruta de R\$ 77,9 milhões, resultando em uma dívida líquida negativa de R\$ 39,1 milhões. Destaca-se que em dezembro de 2015 foi recebido o montante de R\$ 107,0 milhões (líquido de honorários advocatícios e impostos), referente a créditos com precatórios federais.

(3) Eventos de Natureza Extraordinária:

- 4T15: Resultado com Precatórios Judiciais: Taxa de Serviço Administrativo - TSA e Taxa CACEX (inclui resultado financeiro).

- 3T14: Utilização de créditos decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para quitação antecipada de débitos parcelados do REFIS, o que passou a ser regulamentado, no trimestre, por meio da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 15 de 22/08/2014.

- 2T14: Precatório judicial referente ao Processo Taxa CACEX expedido em 27/06/2014.

- 1T14: Reconhecimento de crédito de FINSOCIAL do período de 1989 a 1991.

No acumulado de 2015, o LAJIDA (EBITDA) foi negativo em R\$ 29,8 milhões. O LAJIDA (EBITDA) Ajustado no exercício, excluindo o efeito com créditos por precatórios judiciais reconhecidos no resultado do 4T15, foi negativo em R\$ 44,5 milhões.

A tabela a seguir apresenta a reconciliação do LAJIDA (EBITDA) de acordo com a Instrução CVM nº 527/12.

(Em milhões de R\$, exceto quando indicado)	Variação		Variação	
	4T15	4T14	2015	2014
Receita Líquida	3,8	12,1	(68,6%)	28,4
Resultado Bruto	(1,8)	0,6	-	(5,7)
Despesas Operacionais	(8,2)	(9,9)	(16,9%)	(29,0)
Outros Ganhos (Perdas), Líquido	1,0	(4,7)	-	(0,4)
Resultado Antes da Equivalência Patrimonial	(9,0)	(14,0)	(35,4%)	(35,1)
Resultado da Equivalência Patrimonial 1	-	(4,9)	-	(20,9)
LAJIDA (EBITDA) 2	(7,8)	(17,5)	(55,3%)	(29,8)
LAJIDA (EBITDA) Ajustado	(22,5)	(17,5)	28,3%	(44,5)
Lucro/(Prejuízo) Operacional Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	10,1	(20,5)	-	(14,4)
Lucro/(Prejuízo) Líquido	5,0	(19,8)	-	(19,3)
Eventos de Natureza Extraordinária 3	(32,0)	-	-	(32,0)
Lucro/(Prejuízo) Líquido Ajustado	(27,0)	(19,8)	36,3%	(51,3)
Ativo Total	219,1	289,6	(24,4%)	219,1
Caixa e Equivalentes de Caixa	117,0	41,8	179,5%	117,0
Dívida Bruta	77,9	86,5	(10,0%)	77,9
Dívida Líquida	(39,1)	44,7	-	(39,1)
Patrimônio Líquido	77,0	109,3	(29,5%)	77,0

(1) Participação de 30% da Itaotec na Oki Brasil.

(2) LAJIDA (Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) ou EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization).

(Em milhões de R\$, exceto quando indicado)	Variação		Variação	
	4T15	4T14	2015	2014
Lucro/(Prejuízo) Líquido	5,0	(19,8)	-	(19,3)
Imposto de Renda e Contribuição Social	5,1	(0,6)	-	5,0
Resultado Financeiro, Líquido	(19,1)	1,5	-	(20,6)
LAJIR (EBIT)	(9,0)	(18,9)	(52,3%)	(34,9)
Depreciação e Amortização	1,2	1,4	(14,4%)	5,1
LAJIDA (EBITDA) 1	(7,8)	(17,5)	(55,3%)	(29,8)
Eventos de Natureza Extraordinária	(14,7)	-	-	(14,7)
LAJIDA (EBITDA) Ajustado	(22,5)	(17,5)	28,3%	(44,5)

(1) LAJIDA (Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) ou EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization).

AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

Em 2015 foram encaminhados para reciclagem 19,3 toneladas de resíduos sólidos, incluindo os resíduos eletrônicos provenientes de equipamentos recebidos de clientes no processo de logística reversa.

RECURSOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

Ao final de 2015, o quadro de colaboradores era composto por 25 funcionários ativos e 3 diretores estatutários. Foram direcionados no exercício R\$ 7,6 milhões em remuneração direta e R\$ 1,2 milhão em benefícios, incluindo assistência médica e odontológica, alimentação e transporte.

AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos da Instrução CVM 381/03, informamos que não foram contratados junto à Baker Tilly Brasil Auditores Independentes S.S. quaisquer serviços além daqueles relativos aos de auditoria no exercício de 2015.

A política de atuação da Itaotec na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos funcionários pela dedicação e comprometimento e aos acionistas e clientes pela confiança nos planos empreendidos pela Itaotec.

São Paulo, 4 de fevereiro de 2016.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014			31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	113.343	40.091	116.960	41.844	Fornecedores		548	688	548	701
Clientes	7	2.172	16.363	2.463	17.452	Transações com partes relacionadas	24 (b)ii	2.952	4.136	2.952	4.136
Estoque	8	-	17.240	-	17.262	Empréstimos e financiamentos	18	59.379	39.620	59.379	39.620
Tributos a recuperar	9	2.865	13.292	3.262	13.838	Obrigações com pessoal		1.725	3.026	1.725	3.026
Créditos com plano de previdência	31	2.553	10.986	2.553	10.986	Impostos e contribuições a pagar		424	98	1.302	1.259
Valores a receber e despesa antecipada		439	3.417	439	3.414	Outras provisões e contas a pagar	19	16.886	10.772	16.886	10.787
Total do ativo circulante		121.372	101.389	125.677	104.796	Receitas diferidas	20	8.802	13.806	8.802	13.806
Ativo não circulante mantido para venda	10	34.596	-	38.441	-	Total do passivo circulante		90.716	72.146	91.594	73.335
		34.596	-	38.441	-	Não circulante					
Não circulante						Empréstimos e financiamentos	18	18.519	46.921	18.519	46.921
Clientes	7	-	-	-	796	Provisões para processos administrativos e judiciais	21	29.668	45.774	29.668	45.839
Outros valores a receber	10	5.613	-	6.236	-	Outras provisões e contas a pagar		-	4.317	-	4.317
Valores a receber controladas	24	430	15.838	-	-	Provisão para passivo a descoberto de investidas	14	-	22.290	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	-	5.019	181	5.019	Receitas diferidas	20	2.239	9.946	2.239	9.946
Depósitos judiciais	12	6.126	6.992	6.128	7.109	Total do passivo não circulante		50.426	129.248	50.426	107.023
Créditos com precatórios	13	10.272	87.316	10.272	87.316	Patrimônio líquido					
Créditos com plano de previdência	31	-	2.993	-	2.993	Capital social	22	271.525	271.525	271.525	271.525
Investimentos em controladas	14	7.648	13.560	-	-	Reservas de capital	22	6.017	6.017	6.017	6.017
Outros investimentos		-	36.378	-	40.420	Ajustes de avaliação patrimonial		-	347	-	347
Propriedades para investimento	15	30.206	-	30.206	-	Acionistas dissidentes	22	(12.572)	-	(12.572)	-
Imobilizado	16	1.759	36.299	1.759	36.299	Prejuízos acumulados		(187.921)	(168.626)	(187.921)	(168.626)
Intangível	17	169	4.873	169	4.873	Total do patrimônio líquido		77.049	109.263	77.049	109.263
Total do ativo não circulante		62.223	209.268	54.951	184.825	Total do passivo e patrimônio líquido		218.191	310.657	219.069	289.621
Total do ativo		218.191	310.657	219.069	289.621						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Em milhares de reais - R\$)

	Atribuível aos proprietários da controladora						Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido	
	Capital social	Ações de dissidentes	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados			
Saldos em 31 de dezembro de 2013	280.000	-	11.451	(104)	-	(135.398)	155.949	10	155.959
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	(38.662)	(38.662)	(10)	(38.672)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(38.662)	(38.662)	(10)	(38.672)
Reflexos de coligada	-	-	-	451	-	-	451	-	451
Participação nos outros resultados abrangentes de coligada	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	451	-	(38.662)	(38.211)	(10)	(38.221)
Redução de capital aprovada pela AGO/E de 25/04/2014	(8.475)	-	8.475	-	-	-	-	-	-
Ações adquiridas de acionistas dissidentes	-	(8.475)	-	-	-	-	(8.475)	-	(8.475)
Reversão de opções outorgadas	-	-	(5.434)	-	5.434	-	-	-	-
Absorção de prejuízos do exercício	-	-	-	-	(5.434)	5.434	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	271.525	-	6.017	347	-	(168.626)	109.263	-	109.263
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	(19.295)	(19.295)	-	(19.295)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(19.295)	(19.295)	-	(19.295)
Reflexos de coligada	-	-	-	(347)	-	-	(347)	-	(347)
Participação nos outros resultados abrangentes de coligada	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	(347)	-	(19.295)	(19.642)	-	(19.642)
Ações adquiridas de acionistas dissidentes	-	(12.572)	-	-	-	-	(12.572)	-	(12.572)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	271.525	(12.572)	6.017	-	-	(187.921)	77.049	-	77.049

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Em milhares de reais - R\$)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Controladora		Consolidado		Salários, provisões e contribuições sociais	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014		2015	2014	2015	2014
(Prejuízo) líquido do exercício das operações continuadas	(19.435)	(38.662)	(19.451)	(38.662)	Impostos a recolher	(1.301)	(4.481)	(1.301)	(4.481)
Lucro líquido do exercício das operações descontinuadas	140	-	156	-	Outras contas a pagar	327	(1.737)	44	(2.800)
Ajustes para reconciliar o resultado líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:					Caixa aplicado nas atividades operacionais	(38.837)	(47.828)	(31.894)	(39.893)
Depreciações e amortizações	5.078	5.580	5.078	5.580	Juros Pagos	97.984	20.064	99.457	19.570
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.068)	959	(1.085)	713	Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(6.397)	(4.968)	(6.397)	(4.968)
Provisão para riscos legais, líquidas	(140)	(20.331)	(154)	(21.799)	FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	91.587	15.096	93.060	14.602
Provisão para estoques obsoletos	(10.595)	(9.164)	(10.595)	(9.164)	Alienação de bens do ativo imobilizado/ativos financeiros	364	124.326	762	137.769
Provisão para perdas com impostos a recuperar	13.520	5.339	11.811	5.339	Redução (aumento) de capital em controladas	(300)	16.393	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	7.525	19.126	1.632	20.929	Dividendos recebidos	307	-	-	-
Prejuízo (lucro) da alienação de imobilizado e investimentos	250	(2.290)	303	(2.903)	Aquisição de ativo imobilizado e intangível	-	(3.356)	-	(3.356)
Baixa de ativos imobilizado e intangível	3.413	(351)	2.894	(365)	Caixa aplicado nas atividades de investimento	371	137.363	762	134.413
Apropriação de rendas	(12.712)	(15.399)	(12.712)	(15.399)	FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Ganho com precatório	(1.988)	(22.217)	(1.988)	(22.217)	Pagamento de empréstimos de terceiros	(48.706)	(151.858)	(48.706)	(151.858)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.019	-	4.838	-	Captação de empréstimos de terceiros	30.000	30.473	30.000	30.473
Juros, variações cambiais e monetárias líquidas	20.357	13.322	20.152	12.957	Pagamento a acionistas dissidentes	-	(8.475)	-	(8.475)
Variações nos ativos e passivos:					Caixa aplicado nas atividades de financiamento	(18.706)	(129.860)	(18.706)	(129.860)


ITAUTEC S.A. - GRUPO ITAUTEC

 CNPJ nº 54.526.082/0001-31
 Companhia Aberta
 www.itaotec.com.br

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo líquido por ação)

Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014
Operações continuadas				
Receita líquida de vendas e serviços	25	28.418	28.418	101.639
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	26	(34.493)	(108.682)	(34.131)
Prejuízo bruto		(6.075)	(5.713)	(8.597)
Despesas com vendas	26	(4.289)	(8.326)	(4.290)
Despesas gerais e administrativas	26	(24.098)	(33.493)	(24.654)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	26	(41)	(1.277)	(41)
Resultado da equivalência patrimonial		(6.056)	(19.126)	(20.929)
Outros ganhos (perdas), líquidos	27	8.397	20.962	21.345
(Prejuízo) operacional		(32.162)	(48.305)	(52.197)
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	28	37.310	17.645	40.797
Despesas financeiras	28	(19.564)	(18.488)	(20.149)
		17.746	(843)	20.648
(Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(14.416)	(49.148)	(14.403)
Imposto de renda e contribuição social	29	(5.019)	10.486	(5.048)
(Prejuízo) do exercício das operações continuadas		(19.435)	(38.662)	(19.451)
Operações descontinuadas				
Lucro do exercício das operações descontinuadas		140	-	156
(Prejuízo) líquido do exercício		(19.295)	(38.662)	(19.295)
Atribuível a:				
Acionistas da companhia		(19.295)	(38.662)	(19.295)
Participação dos não controladores		-	-	(10)
(Prejuízo) por ação atribuível aos acionistas da companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação):				
(Prejuízo) básico por ação	23 (a)	(1,72)	(3,41)	(1,72)
(Prejuízo) diluído por ação	23 (b)	(1,70)	(3,36)	(1,70)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
 (Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
(Prejuízo) líquido do exercício	(19.295)	(38.662)	(19.295)	(38.672)
Outros componentes do resultado abrangente				
Participação no resultado abrangente de coligada	(347)	451	(347)	451
Total do resultado abrangente do exercício	(19.642)	(38.211)	(19.642)	(38.221)
Atribuível:				
Acionistas da Companhia			(19.642)	(38.211)
Participação dos não controladores			-	(10)
			(19.642)	(38.221)

Os itens na demonstração de resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
 (Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	29.738	116.364	29.905	116.720
Outras receitas	6.907	43.313	6.825	45.549
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.068	(959)	1.085	(713)
	37.713	158.718	37.815	161.556
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos produtos vendidos	(24.705)	(87.093)	(23.450)	(85.431)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(27.691)	(62.484)	(37.742)	(68.407)
	(52.396)	(149.577)	(61.192)	(153.838)
Valor adicionado bruto	(14.683)	9.141	(23.377)	7.718
Depreciação e amortização	(5.078)	(5.580)	(5.078)	(5.580)
Valor adicionado líquido produzido	(19.761)	3.561	(28.455)	2.138
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado da equivalência patrimonial	(7.525)	(19.126)	(1.633)	(20.929)
Resultado financeiro	37.310	17.645	40.797	21.746
Valor adicionado total a distribuir	10.024	2.080	10.709	2.955
Distribuição do valor adicionado				
Remuneração do trabalho				
Remuneração direta	7.594	15.782	7.594	15.782
Benefícios	1.241	2.394	1.241	2.394
FGTS	477	823	477	823
	9.312	18.999	9.312	18.999
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	1.532	2.797	1.706	3.127
Estaduais	-	310	-	310
Municipais	-	150	-	150
	1.532	3.257	1.706	3.587
Remuneração de capital de terceiros	18.475	18.486	18.986	19.041
Remuneração dos acionistas (Prejuízo) retido do exercício	(19.295)	(38.662)	(19.295)	(38.672)
	(19.295)	(38.662)	(19.295)	(38.672)
Valor adicionado total distribuído	10.024	2.080	10.709	2.955
Atribuível a:				
Acionistas da Companhia			(19.295)	(38.662)
Participação dos não controladores			-	(10)
			(19.295)	(38.672)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Itaotec S.A. ("Companhia" ou "Itaotec"), controlada pela Itaúsa - Investimentos Itaú S.A., e suas controladas, são empresas brasileiras sediadas no Estado de São Paulo.

Em 14 de janeiro de 2014, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a mudança do objeto social da Companhia, em razão de seu reposicionamento estratégico no mercado de TI, passando então a ter como objeto principal a participação no capital de outras sociedades no País e no exterior, em especial naquelas que atuam na fabricação e comercialização de equipamentos de automação bancária e comercial e na prestação de serviços. Adicionalmente, em função da desativação paulatina do segmento de Computação, para garantir o cumprimento integral de todos os contratos e obrigações de fornecimento, manutenção e garantia dos equipamentos da marca Itaotec/InfoWay, a Companhia poderá transitória e comercializar, licenciar, alugar e importar máquinas e equipamentos de informática, componentes, subconjuntos, acessórios, complementos, materiais de consumo e softwares, bem como prestar serviços de instalação, assistência técnica presencial ou remota e manutenção dos produtos por ela comercializados.

(a) Parceria com a Oki Electric Industry Co. Ltd.

 Em reunião de 25 de fevereiro de 2015, o Conselho de Administração aprovou a intenção da Itaotec em exercer a *put option* (opção de venda) dos 30% de participação que possui na Oki Brasil Indústria e Comércio de Produtos e Tecnologia em Automação S.A. ("Oki Brasil"), que deverá ocorrer em janeiro de 2017, conforme previsto no Acordo de Acionistas. Desta forma, a partir de fevereiro de 2015 o investimento da Itaotec no capital social da Oki Brasil passou a ser classificado contabilmente como "Ativo Não Circulante Mantido para Venda".

(b) Gestão Estratégica

Durante o ano de 2015 a Itaotec praticamente realizou o estoque remanescente destinado à venda.

Como anteriormente informado, a Itaotec continua honrando os contratos de garantia e manutenção de equipamentos relativos à marca Itaotec/InfoWay, não acarretando qualquer inconveniente a seus clientes.

A Companhia tem suas ações negociadas na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA").

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração em 04 de fevereiro de 2016.

NOTA 2 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 - Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

 As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e conforme as normas internacionais de relatórios financeiros *International Financial Reporting Standards (IFRS)* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

(b) Demonstrações financeiras individuais

 As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), alinhadas aos princípios contábeis internacionais emitidos pelo *IASB - International Accounting Standards Board*, e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

2.2 - Consolidação

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram adotadas as políticas contábeis descritas a seguir.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e na capacidade de afetar esses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido e a consolidação é interrompida a partir da data em que deixa de ter o controle.

A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida.

 Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas.

2.3 - Conversão de moeda estrangeira
(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). Na determinação da moeda funcional foi considerada a moeda que mais influencia os preços de venda de bens e serviços e a moeda que mais influencia os custos para o fornecimento de bens e serviços. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais ("R\$"), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação de ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e financiamentos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receitas ou despesas financeiras.

2.4 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com carência para resgate de até 90 dias ou com direito contratual outorgado pelo banco emissor de resgate imediato, e que estão sujeitos a mínimo risco de mudança de valor.

2.5 - Ativos financeiros
2.5.1 - Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros reconhecidos nessa categoria de instrumentos financeiros são principalmente: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros valores a receber e créditos com precatórios (Nota 2.4, 2.6 e 13).

2.5.2 - Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.5.3 - Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5.4 - Impairment de ativos financeiros
Ativos mensurados ao custo amortizado

 A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente

 se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

 Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

1. dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
2. uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
3. a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do devedor, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
4. torna-se provável que o devedor declare falência ou outra reorganização financeira;
5. o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
6. dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos devedores na carteira;
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

 O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

 Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.6 - Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, o que não difere de forma relevante do valor justo dos títulos. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

 Uma perda por redução do valor recuperável (*impairment*) é reconhecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de recuperar todos os valores devidos. Esta perda é reconhecida em montante considerado suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização da conta clientes, o que envolveu análises individuais de clientes, nas situações aplicáveis. Quando uma conta a receber de clientes é incobrável, esta é baixada contra a provisão.

2.7 - Estoques

 Os estoques são mensurados pelo valor de custo incluindo os custos de aquisição e de transformação ou pelo valor líquido realizável, dos dois o menor. Adicionalmente, a Companhia adota a política de reconhecer perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) e baixas de estoques por questões de obsolescência, demanda ou outros fatores econômicos. O custo é determinado pelo método de custo médio de aquisição ou produção. O custo dos produtos acabados compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta e outros custos diretos, excluindo os custos de empréstimos e financiamentos.

2.8 - Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são demonstradas pelo custo menos a depreciação e de qualquer provisão para perda acumulada. A depreciação das propriedades para investimento, exceto terreno, são calculadas usando o método linear durante a vida útil estimada, como segue:

Item	Vida útil
- Edifício	25 anos
- Instalações	10 anos

O valor residual e a vida útil econômica dos bens são revisados e ajustados, se necessário, ao final de cada exercício.

2.9 - Ativos intangíveis

 Os valores classificados no intangível referem-se a licenças de *softwares* adquiridas e que são capitalizadas considerando também os custos incorridos para torná-los prontos e adaptados para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável 5 anos.

 Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa conforme incorridos.

2.10 - Imobilizado

 Os itens do imobilizado estão demonstrados pelo seu custo de aquisição, deduzidos da depreciação e eventuais perdas por *impairment*. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

A depreciação é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada, como segue:

Item	Vida útil
- Máquinas e equipamentos	10 anos
- Equipamentos de processamento de dados	2 - 5 anos
- Móveis e utensílios	10 anos

O valor residual e a vida útil econômica dos bens são revisados e ajustados, se necessário, ao final de cada exercício. A Companhia revisa a vida útil econômica estimada de seus principais ativos para o cálculo da depreciação do período e não foram constatadas variações significativas nas vidas úteis utilizadas. O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente quando o saldo residual exceder o seu valor recuperável. A Companhia não registrou nenhuma perda decorrente da aplicação dessa prática no período apresentado.

Um item do ativo imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado na rubrica "Outros ganhos (perdas), líquidos".

2.11 - Contas a pagar a fornecedores e provisões

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

As provisões, em geral, referem-se a obrigações cujo valor ou prazo é sujeito a certa indefinição, incluindo as discussões administrativas e judiciais e são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, como é o caso de garantias, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a probabilidade de ocorrência e a classe de obrigações como um todo.

2.12 - Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos na transação e em seguida apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que haja um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data das demonstrações financeiras.

2.13 - Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas.

(a) Impostos correntes

A provisão para Imposto de renda e Contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens, de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis, não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

(Continua)



ITAUTEC S.A. - GRUPO ITAUTEC

CNPJ nº 54.526.082/0001-31
Companhia Aberta
www.itaute.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma) (Continuação)**(b) Impostos diferidos**

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método das diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

2.14 - Benefícios aos empregados**(a) Planos de previdência privada**

A Companhia e suas controladas no Brasil oferecem Plano de Contribuição Definida ("Plano CD") a todos os colaboradores, administrado pela Fundação Itaúsa Industrial. O regulamento do plano prevê a contribuição das patrocinadoras entre 50% e 100% do montante aportado pelos colaboradores. Neste plano, a Companhia e suas controladas no Brasil não têm nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada.

A Companhia já ofereceu Plano de Benefício Definido ("Plano BD") a seus colaboradores, mas esse plano está em extinção com acesso vedado a novos participantes.

(b) Remuneração com base em ações

A Companhia ofereceu aos executivos, até 2006, um plano de remuneração com base em ações (*Stock Options*). Após o reconhecimento do valor das opções outorgadas, a Companhia não deve fazer nenhum ajuste subsequente no patrimônio líquido, o que não elimina a necessidade do reconhecimento, pela Companhia, da transferência de um componente para outro dentro do patrimônio líquido, se as opções não forem exercidas (expirarem).

(c) Participação nos lucros

Os funcionários e gestores têm direito a participação nos lucros. O montante da participação é reconhecido no resultado do exercício. Os programas são aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia e, quando aplicável constam dos acordos firmados com entidades sindicais competentes.

2.15 - Capital social

O capital social da Companhia, classificado no patrimônio líquido, está representado integralmente por ações ordinárias.

2.16 - Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e (iii) critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir:

(a) Vendas de produtos

As receitas por venda de produtos são reconhecidas sempre que seja efetuada a entrega dos produtos para os clientes e existam evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

(b) Arrendamento

A Companhia reconhece os ativos arrendados a terceiros mediante contratos de arrendamento mercantil financeiro como contas a receber por valor igual ao investimento líquido no arrendamento mercantil.

Os valores a receber das parcelas futuras do arrendamento de bens, e que representam *leasing* financeiro, estão reconhecidos a valor presente, deduzidos das parcelas de serviços a serem prestados, com base nas taxas médias praticadas nesses negócios.

Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contrato.

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda é identificada em relação a uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado.

2.17 - Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo quando aprovada pelo Conselho de Administração, com base no dividendo mínimo estabelecido no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. Os juros sobre capital próprio aprovados (pagos ou a pagar) e que sejam definitivos, são também reconhecidos como passivo.

2.18 - Ativo não circulante mantido para a venda

O ativo não circulante é classificado como mantido para venda se seus valores contábeis forem recuperados por meio de uma transação de venda sendo mensurado pelo menor entre o valor contábil até então registrado e o valor justo. Essa condição é considerada cumprida apenas quando a venda for altamente provável e o ativo estiver disponível para venda imediata na sua condição atual.

2.19 - Demonstração do valor adicionado

Esta demonstração é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira e dispositivos da CVM - Comissão de Valores Mobiliários, como parte das demonstrações contábeis individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas na Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 09, emitida pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade.

Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos das perdas por ajuste ao valor de realização), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, considerados os tributos incluídos no momento da aquisição e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial e receitas financeiras). A segunda parte da referida demonstração apresenta a distribuição da riqueza, durante determinado período, entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.20 - Normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CVM

A alteração das normas existentes a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2016. Não houve adoção antecipada dessas normas por parte da Companhia.

1. IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em "Outros resultados abrangentes" e não no resultado do período.

2. IFRS 15 - "Reconhecimento de Receitas", traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e o momento em que ela é reconhecida. A norma foi inicialmente emitida para entrar em vigor em 1º de janeiro de 2017 e substituir a IAS 11 - "Contratos de Construção", a IAS 18 - "Receitas" e algumas interpretações. No dia 22 de julho de 2015, o IASB propôs a postergação da data de entrada em vigor da nova norma para 1º de janeiro de 2018. Em 11 de setembro de 2015, o IASB emitiu um aditivo ao IFRS 15 que formaliza a postergação acima descrita.

3. IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil", substitui o IAS 17 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações e determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Essa norma entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

NOTA 3 - ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são constantemente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e outros fatores, entre os quais expectativas de acontecimentos futuros considerados razoáveis nas circunstâncias.

3.1 - Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação a eventos futuros - realização de ativos e liquidação de passivos. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam riscos significativos, com probabilidade de causar um ajuste nos valores contábeis passivos para o próximo exercício são:

Provisões para perdas prováveis

A Companhia discute questões tributárias, trabalhistas e cíveis nas esferas administrativas e judiciais e uma provisão para desembolsos futuros é constituída a partir de análise da Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos. Alterações em tendências de decisões ou jurisprudências em tribunais poderão alterar as estimativas ligadas a provisões para contingências.

NOTA 4 - GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO**4.1 - Fatores de risco financeiro**

As atividades da Itaútec a expõem aos seguintes riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia dispõe de procedimentos para administrar essas situações e pode utilizar instrumentos de proteção para diminuir os impactos destes riscos. Tais procedimentos incluem o monitoramento dos níveis de exposição a cada risco de mercado, além de estabelecer limites para a respectiva tomada de decisão. Todas as operações de instrumentos de proteção efetuadas pela Companhia têm como propósito a proteção de suas dívidas e investimentos, sendo que não realiza ou realizou nenhuma operação com derivativos financeiros alavancados.

(a) Riscos de Mercado**(i) Risco cambial**

Posição consolidada da Companhia sujeita à variação cambial em 31 de dezembro de 2015:

	Valores em Mil US\$	
	Operações em moeda estrangeira	
	31/12/2015	
Ativos	53	
Passivos	(65)	
Exposição cambial	(12)	
Cobertura (exposição cambial)	(12)	

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O caixa aplicado da Companhia tem rendimento indexado a percentuais da variação do CDI, com resgate garantido pelos bancos emissores de acordo com as taxas contratadas. Não há outros ativos significativos cujo resultado seja afetado diretamente pelas mudanças de taxas de juros do mercado.

Para o passivo, o risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e financiamentos que são indexados à Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"), que historicamente é inferior às taxas de financiamentos praticadas pelo mercado, e por empréstimos de curto prazo indexados ao CDI.

A Companhia também possui financiamentos com juros prefixados, com taxa média inferior a 5% ao ano, bem como um financiamento com taxa variável mensal, correspondente a parcela do BNDES indexada a cesta de moedas.

Em 31 de dezembro de 2015, considerando os saldos de fechamento, se as taxas de juros sobre os empréstimos e financiamentos com taxas variáveis e caixa e equivalentes de caixa variassem em torno de 0,5%, mantidas todas as demais variáveis constantes, o resultado financeiro adicional seria uma receita de R\$ 362 em relação ao resultado de juros apropriado no exercício.

(b) Risco de crédito

A Companhia possui carteira de recebíveis de órgão público, cujo recebimento depende de processos internos de liberação. Para minimizar possíveis impactos, a Companhia operou na venda dos estoques remanescentes basicamente com recebimentos antecipados.

(c) Risco de liquidez

É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia a serem liquidados nos próximos exercícios, por faixas de vencimento, correspondentes ao exercício entre a data do balanço patrimonial até a data do vencimento contratual. Os valores divulgados na tabela representam o fluxo de caixa dos passivos contratados nos respectivos vencimentos (não descontados).

	Controladora				
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil
Em 31 de dezembro de 2015					
Empréstimos e financiamentos	59.379	18.519	-	-	77.898
Fornecedores e outras obrigações	31.337	2.192	47	29.668	63.244
Em 31 de dezembro de 2014					
Empréstimos e financiamentos	39.620	43.282	3.639	-	86.541
Fornecedores e outras obrigações	32.526	31.799	4.754	45.774	114.853

	Consolidado				
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil
Em 31 de dezembro de 2015					
Empréstimos e financiamentos	59.379	18.519	-	-	77.898
Fornecedores e outras obrigações	32.215	2.192	47	29.668	64.122
Em 31 de dezembro de 2014					
Empréstimos e financiamentos	39.620	43.282	3.639	-	86.541
Fornecedores e outras obrigações	33.715	9.509	4.754	45.839	93.817

4.2 - Gestão de capital

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 podem ser assim sumarizados (informação consolidada):

	31/12/2015	31/12/2014
Total dos empréstimos e financiamentos	77.898	86.541
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(116.960)	(41.844)
Dívida líquida	(39.062)	44.697
Total do patrimônio líquido	77.049	109.263
Total do capital	37.987	153.960
Índice de alavancagem financeira	-102,83%	29,03%

4.3 - Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos.

4.4 - Análise de Sensibilidade

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia não possui risco cambial significativo.

NOTA 5 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	Controladora	Consolidado
Ativos financeiros:		
Em 31 de dezembro de 2015		
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	113.343	116.960
Conta a receber de clientes	2.172	2.463
Outros valores a receber (i)	5.613	6.236
Créditos com precatórios	10.272	10.272
	131.400	135.931
Em 31 de dezembro de 2014		
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	40.091	41.844
Conta a receber de clientes	16.363	18.248
Créditos com precatórios	87.316	87.316
	143.770	147.408

(i) vide Nota 10

	Controladora			Consolidado		
	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total
Passivos financeiros:						
Em 31 de dezembro de 2015						
Empréstimos e financiamentos	77.898	-	77.898	77.898	-	77.898
Fornecedores	-	548	548	-	548	548
	77.898	548	78.446	77.898	548	78.446
Em 31 de dezembro de 2014						
Empréstimos e financiamentos	86.541	-	86.541	86.541	-	86.541
Fornecedores	-	688	688	-	701	701
	86.541	688	87.229	86.541	701	87.242

NOTA 6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As aplicações financeiras da Companhia e suas controladas estão representadas por fundos de investimentos não exclusivos e certificados de depósitos bancários no País, todos com remuneração atrelada à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro e possibilidade de resgate imediato, a qualquer momento.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Bancos - conta movimento	352	584	424	640
Fundos de investimento	-	18.976	3.545	20.673
Certificados de depósito bancário (CDB)/Operação compromissada	112.991	20.531	112.991	20.531
	113.343	40.091	116.960	41.844

NOTA 7 - CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Contas a receber da venda de produtos e serviços:				
Clientes no Brasil	4.240	19.499	4.275	19.682
Arrendamento mercantil:				
Outras contas a receber	-	-	256	1.719
Total do clientes a receber	4.240	19.499	4.531	21.401
Perda por redução ao valor recuperável	(2.068)	(3.136)	(2.068)	(3.153)
	2.172	16.363	2.463	18.248
Menos: Parcela não circulante	-	-	-	(796)
Parcela circulante	2.172	16.363	2.463	17.452

As contas a receber de arrendamento mercantil correspondem ao aluguel de bens baseados em contratos de locação. Estas estão apresentadas líquidas do ajuste a valor presente.

A composição das contas a receber por venda de produtos e serviços, por vencimento, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
A vencer até 30 dias	740	660	843	1.093
A vencer de 31 a 60 dias	202	161	264	445
A vencer acima de 60 dias	200	860	321	2.010
Vencidos até 30 dias	-	259	4	278
Vencidos de 31 a 60 dias	-	191	-	191
Vencidos de 61 a 90 dias	-	171	-	171
	3.098	21.404	3.099	21.420
	4.240	23.706	4.531	25.608
Venda de produtos não entregues	-	(4.207)	-	(4.207)
	4.240	19.499	4.531	21.401

Os saldos vencidos referem-se substancialmente à venda de mercadorias a órgãos públicos, onde a liberação das verbas está condicionada aos processos internos de controle. Essa é uma característica operacional do segmento, não constituindo-se em risco adicional às operações da Companhia.

A Companhia avalia a necessidade de reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) através de análise individual dos créditos em atraso superior a 90 dias, conjugado com o índice de perdas históricas destes créditos.

As perdas por redução ao valor recuperável ou *impairment* tiveram a seguinte movimentação:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2014	3.136	3.153
Adições	2.477	2.460
Reversões (valores recuperados)	(257)	(257)
Baixas definitivas	(3.288)	(3.288)
Em 31 de dezembro de 2015	2.068	2.068

NOTA 8 - ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Matérias - primas	18	12.325	18	12.325
Produtos acabados	126	15.654	126	



ITAUTEC S.A. - GRUPO ITAUTEC

CNPJ nº 54.526.082/0001-31

Companhia Aberta

www.itaotec.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma) (Continuação)

NOTA 9 - TRIBUTOS A RECUPERAR

A Companhia possui créditos tributários conforme composição demonstrada no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Impostos a ressarcir:				
Tributos federais retidos na fonte sobre operações comerciais	20.809	16.369	46.338	37.302
PIS e COFINS a recuperar	5.531	5.384	12.669	13.833
Perdas com impostos a ressarcir	(23.475)	(15.848)	(55.745)	(44.051)
	2.865	5.905	3.262	7.084
Impostos a compensar:				
IPI a compensar	1.045	977	1.045	984
Antecipação de imposto de renda e contribuição social	258	232	631	6.382
Impostos sobre circulação de mercadorias e serviços	9.317	10.395	9.344	10.529
Perdas com impostos a compensar	(10.620)	(4.217)	(11.020)	(11.141)
	-	7.387	-	6.754
Parcela circulante	2.865	13.292	3.262	13.838

Perdas com impostos a recuperar

A Administração revisou a perspectiva de realização dos tributos federais e estaduais devido ao reposicionamento estratégico da Companhia, e decidiu pelo reconhecimento de perdas destes tributos com base na probabilidade de não realização dos mesmos.

NOTA 10 - ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA A VENDA

Conforme mencionado na Nota 1(a), em reunião realizada em 25 de fevereiro de 2015, o Conselho de Administração aprovou a intenção da Itaotec em exercer a *put option* (opção de venda) dos 30% de participação que possui na Oki Brasil.

Desta forma, a partir de fevereiro de 2015, o investimento da Companhia no capital social da Oki Brasil passou a ser classificado em:

- "Ativo não Circulante Mantido para Venda" no montante de R\$ 34.596 na controladora e R\$ 38.441 no consolidado.

- "Outros Valores a Receber" no montante de R\$ 5.613 na controladora e R\$ 6.236 no consolidado, correspondente a diferença entre o valor contábil e o valor justo ajustado ao valor presente da *put option*.

Conforme contrato, os montantes acima serão realizados em janeiro de 2017 por ocasião do exercício da *put option*.

NOTA 11 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas apresentam prejuízos fiscais e bases negativas registrados em suas apurações fiscais. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferida sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias totalizam o montante de R\$ 98.136 e R\$ 35.996 respectivamente.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativo de imposto diferido:				
A ser recuperado depois de mais de 12 meses	-	5.019	181	5.019
	-	5.019	181	5.019

A movimentação dos ativos de impostos diferidos durante o exercício, de acordo com a sua origem/natureza é a seguinte:

	Controladora		
	Precatórios	Diferenças Temporárias	Total
Ativo de imposto diferido (líquido)			
Em 31 de dezembro de 2014	5.019	-	5.019

Débitos no resultado:

Realização de ajuste a valor presente sobre precatório

Em 31 de dezembro de 2015

Realização de ajuste a valor presente sobre precatório

Em 31 de dezembro de 2015

Ajuste a valor presente de operação de venda de investimentos

Em 31 de dezembro de 2015

Realização de ajuste a valor presente sobre precatório

Em 31 de dezembro de 2015

Ajuste a valor presente de operação de venda de investimentos

Em 31 de dezembro de 2015

Realização de ajuste a valor presente sobre precatório

Em 31 de dezembro de 2015

Ajuste a valor presente de operação de venda de investimentos

Em 31 de dezembro de 2015

Realização de ajuste a valor presente sobre precatório

Em 31 de dezembro de 2015

Ajuste a valor presente de operação de venda de investimentos

Em 31 de dezembro de 2015

Realização de ajuste a valor presente sobre precatório

Em 31 de dezembro de 2015

Ajuste a valor presente de operação de venda de investimentos

Em 31 de dezembro de 2015

Realização de ajuste a valor presente sobre precatório

Em 31 de dezembro de 2015

Ajuste a valor presente de operação de venda de investimentos

Em 31 de dezembro de 2015

Realização de ajuste a valor presente sobre precatório

Em 31 de dezembro de 2015

Ajuste a valor presente de operação de venda de investimentos

Em 31 de dezembro de 2015

Realização de ajuste a valor presente sobre precatório

Em 31 de dezembro de 2015

Ajuste a valor presente de operação de venda de investimentos

Em 31 de dezembro de 2015

Realização de ajuste a valor presente sobre precatório

Em 31 de dezembro de 2015

Ajuste a valor presente de operação de venda de investimentos

Em 31 de dezembro de 2015

Realização de ajuste a valor presente sobre precatório

Em 31 de dezembro de 2015

Ajuste a valor presente de operação de venda de investimentos

Em 31 de dezembro de 2015

Realização de ajuste a valor presente sobre precatório

Em 31 de dezembro de 2015

Ajuste a valor presente de operação de venda de investimentos

Em 31 de dezembro de 2015

Realização de ajuste a valor presente sobre precatório

Em 31 de dezembro de 2015

Ajuste a valor presente de operação de venda de investimentos

Em 31 de dezembro de 2015

Realização de ajuste a valor presente sobre precatório

Em 31 de dezembro de 2015

Ajuste a valor presente de operação de venda de investimentos

Em 31 de dezembro de 2015

Realização de ajuste a valor presente sobre precatório

Em 31 de dezembro de 2015

Ajuste a valor presente de operação de venda de investimentos

Em 31 de dezembro de 2015

Realização de ajuste a valor presente sobre precatório

Em 31 de dezembro de 2015

Ajuste a valor presente de operação de venda de investimentos

Em 31 de dezembro de 2015

Realização de ajuste a valor presente sobre precatório

Em 31 de dezembro de 2015

Ajuste a valor presente de operação de venda de investimentos

Em 31 de dezembro de 2015

Realização de ajuste a valor presente sobre precatório

Em 31 de dezembro de 2015

Ajuste a valor presente de operação de venda de investimentos

Em 31 de dezembro de 2015

Realização de ajuste a valor presente sobre precatório

Em 31 de dezembro de 2015

Ajuste a valor presente de operação de venda de investimentos

Em 31 de dezembro de 2015

Realização de ajuste a valor presente sobre precatório

Em 31 de dezembro de 2015

Ajuste a valor presente de operação de venda de investimentos

Em 31 de dezembro de 2015

Realização de ajuste a valor presente sobre precatório

Em 31 de dezembro de 2015

Ajuste a valor presente de operação de venda de investimentos

Em 31 de dezembro de 2015

Realização de ajuste a valor presente sobre precatório

Em 31 de dezembro de 2015

Ajuste a valor presente de operação de venda de investimentos

Em 31 de dezembro de 2015

Realização de ajuste a valor presente sobre precatório

Em 31 de dezembro de 2015

Ajuste a valor presente de operação de venda de investimentos

Em 31 de dezembro de 2015

Realização de ajuste a valor presente sobre precatório

Em 31 de dezembro de 2015

Ajuste a valor presente de operação de venda de investimentos

Em 31 de dezembro de 2015

Realização de ajuste a valor presente sobre precatório

Em 31 de dezembro de 2015

Ajuste a valor presente de operação de venda de investimentos

Em 31 de dezembro de 2015

Realização de ajuste a valor presente sobre precatório

Em 31 de dezembro de 2015

Ajuste a valor presente de operação de venda de investimentos

Em 31 de dezembro de 2015

Realização de ajuste a valor presente sobre precatório

Em 31 de dezembro de 2015

Ajuste a valor presente de operação de venda de investimentos

Em 31 de dezembro de 2015

A Administração estima o recebimento da parte remanescente de R\$ 10.272 em 2017.

(b) Em 27 de junho de 2014 foi confirmada decisão favorável que transitara em julgado em 21 de novembro de 2007 que pleiteava o crédito em ação declaratória cumulada com repetição de indébito, visando a declaração da inconstitucionalidade das Leis 2.145/53 e 7.690/88, que criaram a taxa de licenciamento de importação (Taxa Cacex) recolhida para emissão de guia de importação correspondente a 1,8% do documento de importação no período de janeiro de 1989 a dezembro de 1991.

Em dezembro de 2015 a Companhia recebeu o montante total de R\$ 20.920, líquido de honorários advocatícios e impostos, o que gerou um resultado positivo de R\$ 1.028 na rubrica "Receitas e Despesas Financeiras" no exercício de 2015.

(c) Em 12 de junho de 2015 foi proferida sentença judicial reconhecendo a Itaotec como legítima titular do crédito de ICMS, em ação Declaratória cumulada com Repetição de Indébito, na qual se discutia o direito à correção monetária sobre saldos credores originados das apurações mensais de ICMS, determinada pela variação da UFESP, no período de janeiro de 1989 a abril de 1993. A sentença determinou, ainda, o prosseguimento da execução do título para recebimento do crédito exclusivamente por precatório.

A Administração da Companhia, baseada no histórico de extrema lentidão nos pagamentos de precatórios emitidos pelo Estado de São Paulo, na baixa liquidez e na pouquíssima atratividade no mercado, decidiu pelo reconhecimento do crédito por precatório judicial, que atualizado totalizou R\$ 33.489 e, procedeu ao reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) pelo mesmo valor.

NOTA 14 - INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

A seguir são apresentados os detalhes das controladas da Companhia:

	Investimentos Diretos			
	Itaotec.com	Itaotec Locação	Itaotec Participações	Total

Em 31 de dezembro de 2014

Milhares de ações ordinárias

Patrimônio líquido

Capital social

Lucro/(prejuízo) líquido do exercício

Participação (%)

Em 31 de dezembro de 2015

Milhares de ações ordinárias

Patrimônio líquido

Capital social

Lucro/(prejuízo) líquido do exercício

Participação (%)

Movimentação dos Investimentos:

Saldo em 31 de dezembro de 2013

Equivalência patrimonial

Perda com investimentos por ajuste ao valor recuperável

Variação cambial sobre investimento no exterior

Outros resultados

Redução de capital

Saldo em 31 de dezembro de 2014

Equivalência patrimonial

Dividendos propostos do exercício anterior

Reversão de perda com investimentos

Aumento de capital

Ganho por variação de participação

Variação cambial sobre investimento no exterior

Saldo em 31 de dezembro de 2015

Denominações utilizadas:

Itaotec.com Serviços S.A. (Itaotec.com)

Itaotec Locação e Comércio de Equipamentos S.A. (Itaotec Locação)

Itaotec Participações e Comércio S.A. (Itaotec Participações)

NOTA 15 - PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

Saldo contábil inicial líquido

Movimentação no exercício

Transferido do ativo imobilizado

Depreciação no exercício

Saldo líquido de propriedades para investimento

Saldo em 31 de dezembro de 2015

Custo

Depreciação acumulada

Saldo líquido de propriedades para investimento

Em 31 de dezembro de 2015 a receita de aluguel das propriedades para investimento totalizou R\$ 5.648 (em 31 de dezembro de 2014 R\$ 1.097). Este imóvel situado na cidade de Jundiá, estado de São Paulo (terreno, edifício e instalações), está alugado para a Oki Brasil Indústria e Comércio Produtos Tecnologia em Automação S.A..

NOTA 12 - DEPÓSITOS JUDICIAIS

Depósitos judiciais fiscais

Depósitos judiciais trabalhistas

Depósitos judiciais cíveis

NOTA 13 - CRÉDITOS COM PRECATÓRIOS

(a) Em novembro de 2012, foi certificado pelo Tribunal Regional Federal o trânsito em julgado de decisão favorável à Companhia relativa a ação de repetição de indébito correspondente à cobrança de Taxa de Serviço Administrativo - TSA, incidente sobre a internação e importação de mercadorias na Zona Franca de Manaus no período de março de 1992 a fevereiro de 1999.

Iniciada a fase de execução da sentença, em junho de 2014 foi expedido o precatório parcial, cujo recebimento ocorreu em dezembro de 2015 no montante de R\$ 86.093, líquido de impostos, reconhecendo um resultado positivo de R\$ 17.179 na rubrica "Receitas e Despesas Financeiras".

NOTA 16 - IMOBILIZADO

O imobilizado apresenta a seguinte movimentação:

	Controladora/Consolidado					
	Terrenos	Edifícios	Máquinas, equipamentos e ferramentas	Instalações	Equipamento de processamento de dados	Outros ativos

Saldo em 31 de dezembro de 2014

Custo

Depreciação acumulada

Saldo contábil, líquido

Movimentação no exercício:

Saldo inicial

Baixas e/ou alienações

Depreciação no exercício

Transferido para propriedades para investimento

Saldo contábil, líquido

Saldo em 31 de dezembro de 2015

Custo

Depreciação acumulada

Saldo contábil, líquido

Do montante de R\$ 5.078 de despesa de depreciação e amortização do exercício, R\$ 233 foi reconhecido no resultado em "Custo dos produtos vendidos e serviços prestados" e no estoque de produtos acabados e R\$ 4.845 em "Despesas gerais e administrativas".

A Companhia revisa periodicamente a vida útil econômica estimada de seus principais ativos para o cálculo da depreciação e não apresenta ajustes ou mudanças a serem reconhecidas em 31 de dezembro de 2015.

NOTA 17 - ATIVO INT



ITAUTEC S.A. - GRUPO ITAUTEC

CNPJ nº 54.526.082/0001-31
Companhia Aberta
www.itautec.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma) (Continuação)

NOTA 21 - PROVISÕES PARA PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal de seus negócios, perante vários tribunais e órgãos governamentais de natureza trabalhista, cível e tributária.
A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso, conforme apresentado a seguir:

(a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Processos tributários	3.493	13.085	3.493	13.085
Obrigações legais	3.296	3.296	3.296	3.296
Depósito judicial	(3.296)	(3.296)	(3.296)	(3.296)
Processos tributários líquidos de depósito	3.493	13.085	3.493	13.085
Processos trabalhistas	18.745	24.093	18.745	24.093
Depósito judicial	(3.256)	(2.351)	(3.256)	(2.351)
Processos trabalhistas líquidos de depósito	15.489	21.742	15.489	21.742
Processos cíveis	10.785	10.947	10.785	11.012
Depósito judicial	(99)	-	(99)	-
Processos cíveis líquidos de depósito	10.686	10.947	10.686	11.012
	29.668	45.774	29.668	45.839

(b) Movimentação

	Controladora			
	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	13.085	21.742	10.947	45.774
Atualização monetária e juros	610	1.737	1.551	3.898
Constituição	-	11.655	496	12.151
Pagamentos	(4.863)	(14.305)	(697)	(19.865)
Baixas	(5.339)	(5.340)	(1.611)	(12.290)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.493	15.489	10.686	29.668

	Consolidado			
	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	13.085	21.742	11.012	45.839
Atualização monetária e juros	610	1.737	1.553	3.900
Constituição	-	11.655	496	12.151
Pagamentos	(4.863)	(14.305)	(755)	(19.923)
Baixas	(5.339)	(5.340)	(1.620)	(12.299)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.493	15.489	10.686	29.668

(c) Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais - Lei 11.941/09, Lei 12.865/2013, 12.996/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB 15/2014

A Itautec e suas controladas nacionais aderiram ao Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais, instituído pela Lei 11.941/09. O programa incluiu débitos administrados pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, vencidos até 30 de novembro de 2008.

Em 9 de outubro de 2013, foi promulgada a Lei 12.865/2013, prorrogando o prazo para adesão ao REFIS. A Companhia, orientada por seus advogados, decidiu incluir novos processos (administrativos e judiciais) no programa de parcelamentos, nos mesmos moldes aderidos anteriormente (parcelamento em 180 parcelas mensais). A adesão ao programa possibilitou a utilização de imposto de renda de prejuízos fiscais e contribuição social de bases negativas no valor total de R\$ 6.132. O efeito líquido no resultado do exercício de 2013 correspondeu a uma despesa de R\$ 1.090, registrada em dezembro de 2013.

Novamente em 20 de junho de 2014, a Lei 12.996/2014, prorrogou o prazo para adesão ao REFIS, com as alterações estabelecidas na Medida Provisória 651/2014. A Companhia, mais uma vez orientada por seus advogados, aderiu ao programa, incluindo processos administrativos e judiciais, optando pelo pagamento em 30 parcelas mensais. O efeito líquido no resultado do exercício correspondeu a uma despesa de R\$ 1.353 e utilização imposto de renda de prejuízos fiscais e contribuição social de bases negativas no valor total de R\$ 3.154.

Com a publicação da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 15/2014, que regulamentou o artigo 33, da MP 651/2014, a Companhia decidiu quitar antecipadamente os parcelamentos realizados em 2009, 2013 e 2014, mediante o pagamento em dinheiro de 30% do saldo da dívida e os 70% restantes, com créditos próprios de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa de CSLL, realizando para tanto, o protocolo dos pedidos em 26/11/2014, bem como pagando os 30% em espécie no dia 27/11/2014, como determinava a Lei e respectivas Portarias. Atualmente aguarda a homologação da Receita Federal para levantamento das garantias apresentadas nos processos judiciais referentes aos débitos pagos.

(d) Principais adesões aos Programas de Anistia em 2015:

i) Programa Especial de Parcelamento Estadual do Pará

A Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento Especial, instituído pelo Decreto Estadual nº 1.378 de 03/09/2015 e foram pagos com redução de 90% dos juros e multa, os débitos constituídos por meio de 2 autos de infração lavrados pela Secretaria da Fazenda do Estado do Pará (nº 12510019874 e nº 120045100038495), para cobrança do ICMS. Com a liquidação do débito, baixou-se a provisão anteriormente constituída com efeito líquido no resultado no montante de R\$ 3.787.

Aguarda-se a homologação judicial, bem como o levantamento das cartas de fiança apresentadas como garantia dos débitos.

ii) Programa Especial de Parcelamento Estadual de São Paulo

Com a reabertura do Programa de Parcelamento Especial (PEP), por meio do Decreto Estadual nº 61.625 de 16/11/2015, o Governo do Estado de São Paulo autorizou o pagamento ou parcelamento de débitos de ICMS com redução de 60% dos juros e 75% da multa, no caso de pagamentos à vista. A Companhia orientada por seus advogados aderiu ao programa para pagamento de débitos oriundos de dois autos de infração em função de decisão desfavorável ocorrida em 2015. O montante dos débitos foi de R\$ 2.021.

Aguarda-se homologação da decisão de levantamento da carta de fiança apresentada como garantia no caso da cobrança de ICMS exigido por arbitramento.

(e) Processos Trabalhistas

Os processos trabalhistas, judiciais e administrativos que impliquem em riscos para a Companhia são provisionados com base na pretensão formulada pelo reclamante e segundo a avaliação do Jurídico das provas, documentos e informações transmitidas pela área de recursos humanos e pela área na qual o reclamante estava lotado.

A cada decisão proferida no processo (sentença ou acórdão) os valores contingenciados são revisados periodicamente com a finalidade de tornar a provisão o mais próximo possível do risco efetivo de desembolso por parte da Companhia.

A provisão é atualizada mensalmente pela variação da Taxa Referencial de Juros ("TR") do mês, acrescida de 1% de juros.

(f) Passivos Contingentes não provisionados

A Companhia e suas controladas possuem processos de natureza cível e tributária, os quais foram classificados, pela Administração e seus assessores jurídicos externos, com risco de perda possível. Em 31 de dezembro de 2015, esses processos totalizavam R\$ 4.555 para causas cíveis e R\$ 278.628 para causas tributárias (R\$ 2.820 e R\$ 194.849 em 31 de dezembro de 2014, respectivamente).

Os principais processos em discussão são:

i) Glosa de Créditos de PIS e COFINS e Multa referente ao período de 2011

Trata-se de três Autos de Infração lavrados em dezembro de 2015 para cobrança de PIS e COFINS referentes ao ano de 2011, em razão da glosa de créditos, bem como pela alegada classificação incorreta de receitas de software importado com receita cumulativa, e de receitas submetidas à alíquota zero do Programa de Inclusão digital, bem como cobrança de Multa regulamentar pelo suposto não cumprimento das especificações contidas na Instrução Normativa nº 86/2001.

A Companhia, apoiada por seus assessores jurídicos entende que o risco da discussão é possível e, portanto, não sujeita a provisão contábil. Processos anteriores a 1º de janeiro de 2015:

ii) Compensação com Crédito de COFINS reconhecidos judicialmente

Trata-se de Manifestação de Inconformidade apresentada em face do indeferimento do Pedido de Compensação de crédito de COFINS (02/1999 a 01/2004), reconhecido judicialmente nos autos do Mandado de Segurança nº 1999.61.00.010329-6, que reconheceu a inconstitucionalidade do artigo 3º, § 1º da Lei 9.718/98 (tese do alargamento da base de cálculo - fatramento x receita).

O argumento utilizado pela fiscalização foi o de que a empresa descumpriu o prazo de apresentação da documentação referente à quantificação do crédito.

Em defesa, a empresa baseou-se no "princípio da verdade material", valendo-se do fato de o crédito ter sido devidamente habilitado pela Receita Federal e após comprovado a quantificação do crédito.

A Companhia, apoiada por seus assessores jurídicos externos, entende que o risco da discussão é possível e não se sujeita a provisão contábil.

iii) Glosa de Créditos de PIS e COFINS de 2007 e 1º trimestre de 2008

Trata-se de dois Autos de Infração lavrados para cobrança de PIS/COFINS referentes ao ano de 2007 e 1º Trimestre de 2008, em razão da glosa de créditos decorrentes da aquisição de bens para revenda no mercado interno, aquisições de bens utilizados como insumos no mercado interno, contratação de serviços utilizados como insumos no mercado interno e externo, algumas despesas e encargos desconsiderados como essenciais para atividade da Companhia, bem como pela alegada classificação incorreta de receitas de software importado como receita cumulativa, e de receitas submetidas à alíquota zero do Programa de Inclusão digital, utilizados posteriormente em Pedidos de Compensação Indeferidos, em razão da referida glosa.

Ao classificar o risco, a Companhia, apoiada por seus assessores jurídicos, entende como possível, não se sujeitando a provisão contábil.

iv) Glosa de Créditos de PIS e COFINS do 1º trimestre de 2008

Trata-se de dois autos de infração lavrado para cobrança de PIS e COFINS do 1º trimestre de 2008, sob o argumento de recolhimento insuficiente, em razão de glosa de créditos de insumos importados e também adquiridos no mercado interno, bem como de serviços. Ao classificar o risco, a Companhia, apoiada por seus assessores jurídicos, entende como possível, não se sujeitando a provisão contábil.

v) Créditos de PIS e COFINS retidos

Trata-se de Manifestação de Inconformidade apresentada contra despacho decisório que indeferiu pedido de restituição de créditos de PIS/COFINS retidos no período de 2005 a 2007, sob o argumento de que tais créditos declarados eram inferiores aos débitos apontados, bem como que os valores de PIS/COFINS retidos da Companhia por ocasião dos pagamentos realizados por outras pessoas jurídicas, não poderiam ser objeto de pedido de restituição, uma vez que foram gerados antes da vigência da MP nº 413/2008, e assim, deveriam ter sido utilizados no abatimento do PIS/COFINS apurado no trimestre.

A Companhia, apoiada por seus assessores jurídicos, classificou o risco como possível e não sujeito a provisão contábil.

vi) CIDE

Trata-se de auto de infração lavrado para cobrança da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE sobre remessas de valores ao exterior, realizadas em 2001 e 2002, a título de pagamento de licença para distribuição e comercialização de "software de prateleira" fabricados pela Microsoft. Atualmente, defende-se a tese no Judiciário, por meio de Ação Anulatória de que os pagamentos realizados à Microsoft não se enquadram nas hipóteses de incidência da CIDE, já que não importam em transferência de tecnologia, motivo pelo qual a Companhia, apoiada por seus assessores jurídicos, entende que o risco da discussão é possível e não se sujeita a provisão contábil.

vii) Multa - PIS e COFINS

Trata-se de auto de infração lavrado para cobrança de multas regulamentares do período de 2007, em razão da fiscalização ter considerado as informações relativas ao PIS e COFINS, apresentadas em arquivos magnéticos, que supostamente não cumpriram as especificações contidas na Instrução Normativa nº 86/2001.

A Companhia, apoiada por seus assessores jurídicos entende que o risco da discussão é possível e, portanto, não sujeita a provisão contábil.

NOTA 26 - DESPESAS POR NATUREZA

	Industrial		Vendas		Controladora		Pesquisa e Desenvolvimento		Total	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Custos de produção	(18.015)	(74.109)	-	-	-	-	-	-	(18.015)	(74.109)
Despesas com pessoal	-	(313)	-	(2.453)	(7.047)	(10.694)	(128)	(7.047)	(13.588)	(13.588)
Encargos com INSS e FGTS	-	(33)	-	(597)	(1.218)	(1.671)	(24)	(1.218)	(2.325)	(2.325)
Despesas de transporte	-	(27)	-	(6)	(60)	(68)	(0)	(60)	(101)	(101)
Custos de publicidade	-	-	-	1.376	-	-	-	-	-	1.376
Atividades terceirizadas	(16.284)	(20.871)	(217)	126	(6.151)	(9.435)	(33)	(22.652)	(30.213)	(30.213)
Outras despesas	(194)	(5.117)	(4.072)	(6.772)	(9.622)	(11.625)	(41)	(1.092)	(13.929)	(24.606)
Total	(34.493)	(100.470)	(4.289)	(8.326)	(24.098)	(33.493)	(41)	(1.277)	(62.921)	(143.566)
Perdas com a Desativação	-	(8.212)	-	-	-	-	-	-	-	(8.212)
	(34.493)	(108.682)	(4.289)	(8.326)	(24.098)	(33.493)	(41)	(1.277)	(62.921)	(151.778)

(Continua)

NOTA 22 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 271.525 representado por 11.199.367 ações ordinárias escriturais, sem valor nominal. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o capital social poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independente de reforma estatutária, pela emissão de até 60.000.000 de ações, sendo 20.000.000 em ações ordinárias e 40.000.000 em ações preferenciais.

(b) Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido apurado no fim de cada exercício, até atingir os limites fixados pela legislação societária.

(c) Dividendos

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária.

(d) Reserva especial (estatutária)

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício é destinado à reserva especial até o limite de 80% do capital social; a destinação da parcela que excede a este limite é deliberada em Assembleia dos Acionistas.

As reservas especiais, dentro de reservas de lucros, segundo o Estatuto, têm por objetivo possibilitar a formação de recursos com as seguintes finalidades:

- Período do direito preferencial de subscrição em aumento de capital das empresas participadas;
- Futuras incorporações desses recursos ao capital social;
- Pagamento de dividendos intermediários.

	Controladora/Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Incentivos fiscais	316	316
Opções outorgadas reconhecidas	5.701	5.701
Reservas de Capital	6.017	6.017

(e) Ações de dissidentes

Em reunião de 24 de novembro de 2015, publicada no Diário Oficial de 31 de dezembro de 2015, o Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aprovou a celebração do Termo de Compromisso, pelo qual o reembolso aos acionistas dissidentes da mudança do objeto social da Itautec, aprovada pela Assembleia Geral de 14 de janeiro de 2014, deverá ser realizado pelo valor de R\$ 46,59 (em reais R\$) por ação, apurado com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012.

Os acionistas dissidentes das 451.759 ações já adquiridas pela Companhia terão direito ao recebimento complementar de R\$ 27,83 (em reais R\$) por ação, reconhecido em 31 de dezembro de 2015 na rubrica "Outras Provisões e Contas a Pagar" no montante de R\$ 12.572. Para demais acionistas, vide Nota 34.

NOTA 23 - LUCRO POR AÇÃO

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	Total	31/12/2015		31/12/2014
		Operações descontinuadas	Operações continuadas	Operações continuadas
Prejuízo atribuível aos acionistas da companhia	(19.295)	140	(19.435)	(38.662)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (milhares)	11.199	11.199	11.199	11.350
Prejuízo básico por ação (em reais R\$)	(1,72)	0,01	(1,73)	(3,41)

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas.

	Total	31/12/2015		31/12/2014
		Operações descontinuadas	Operações continuadas	Operações continuadas
Prejuízo atribuível aos acionistas da companhia	(19.295)	140	(19.435)	(38.662)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (milhares)	11.372	11.372	11.372	11.523
Prejuízo diluído por ação (em reais R\$)	(1,70)	0,01	(1,71)	(3,36)

Na apuração da quantidade média ponderada de ações de 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 foram acrescidas 173 mil ações em decorrência da opção de ações em aberto na data-base.

NOTA 24 - PARTES RELACIONADAS

(a) Operações com empresas controladas

	Ativo		Passivo	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
	Não circulante	Não circulante	Não circulante	Não circulante

Controladora Itautec S.A. 430 15.838 - -

Transações com empresas controladas:

	Ativo		Passivo	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
	Não circulante	Não circulante	Não circulante	Não circulante

Operações de mútuo Itautec.com (i) - - - 15.439

Itautec Participações - - 430 399

Total controladas - - 430 15.838

Total eliminado no consolidado 430 15.838 430 15.838

A Companhia mantém operações de mútuo com as suas controladas com a finalidade de capital de giro sem prazo definido para encerramento e sem cobrança de encargos sobre os saldos, sendo os mesmos eliminados no processo de consolidação.

Durante o exercício de 2015 não houve transações de compras e vendas de produtos, bem como outras operações que poderiam afetar o resultado.

(i) Em 30 de abril de 2015, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social na Itautec.com mediante a compensação de créditos decorrentes de operações de mútuo.

(b) Outras partes relacionadas

i. Conglomerado Itaúsa

As principais operações com partes relacionadas com empresas do Conglomerado Itaúsa não eliminadas no processo de consolidação, estão assim representadas:

	Ativos/(Passivos)		Receitas/(Despesas)	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
	Consolidado	Consolidado	Consolidado	Consolidado

Aplicações Financeiras Itaú Unibanco S.A. 110.201 1.538 1.218 332

110.201 1.538 1.218 332

Vendas e Serviços Itaú Unibanco S.A. - - - 2.026

Duratex S.A. - - - 359


ITAUTEC S.A. - GRUPO ITAUTEC

 CNPJ nº 54.526.082/0001-31
 Companhia Aberta
 www.itaotec.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma) (Continuação)

NOTA 26 - DESPESAS POR NATUREZA (Continuação)

	Industrial		Vendas		Consolidado		Pesquisa e Desenvolvimento		Total	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Custos de produção	(17.653)	(71.570)	-	-	-	-	-	-	(17.653)	(71.570)
Despesas com pessoal	-	(313)	-	(2.453)	(7.047)	(10.694)	-	(128)	(7.047)	(13.588)
Encargos com INSS e FGTS	-	(33)	-	(597)	(1.218)	(1.671)	-	(24)	(1.218)	(2.325)
Despesas de transporte	-	(27)	-	(6)	(60)	(68)	-	(0)	(60)	(101)
Custos de publicidade	-	-	-	1.376	-	-	-	-	-	1.376
Atividades terceirizadas	(16.284)	(20.871)	(218)	-	(6.206)	(9.658)	-	(33)	(22.708)	(30.436)
Outras despesas	(194)	(8.020)	(4.072)	(6.778)	(10.123)	(12.316)	(41)	(1.092)	(14.430)	(28.206)
Total	(34.131)	(100.834)	(4.290)	(8.332)	(24.654)	(34.407)	(41)	(1.277)	(63.116)	(144.850)
Perdas com a desativação	-	(9.402)	-	-	-	-	-	-	-	(9.402)
	(34.131)	(110.236)	(4.290)	(8.332)	(24.654)	(34.407)	(41)	(1.277)	(63.116)	(154.252)

NOTA 27 - OUTROS GANHOS (PERDAS), LÍQUIDOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Perdas com impostos a ressarcir/compensar	(13.283)	(5.339)	(11.574)	(5.359)
Remuneração da administração/encargos	(2.570)	(5.646)	(2.570)	(5.646)
Despesas com contingências	(750)	(7.754)	(744)	(7.978)
Resultado na alienação/baixa de imobilizado	(250)	2.290	(303)	2.946
Receita de aluguel derivada de propr. para investimento	5.648	1.097	5.648	1.097
Ganho por variação de participação	6.884	-	-	-
Finsocial (i)	-	10.235	-	10.235
Banco do Brasil (ii)	-	3.039	-	3.039
Ganhos líquidos com precatórios (iii)	-	19.995	-	19.995
Outras	12.718	3.045	9.190	3.016
	8.397	20.962	(353)	21.345

(i) Trata-se de crédito de Finsocial do período de 1989 a 1991, advindo de recolhimentos efetuados por empresa incorporada pela Itaú Rent Administração e Participações S.A.

Referido crédito foi restituído à Itaútec pelo fato da incorporação ter sido precedida da venda da operação para a Itaútec Philco (atual Itaútec), através de contrato particular de compra e venda de ativos.

(ii) Trata-se de crédito reconhecido em ação judicial proposta contra o Banco Nossa Caixa S.A. (atual Banco do Brasil), na qual se buscou a diferença dos expurgos inflacionários do "Plano Collor II", não pagos quando do levantamento dos depósitos judiciais realizados no período de junho de 1989 a março de 1990.

(iii) Trata-se de precatório relativo a taxa CACEX, conforme descrito na nota 13.b.

NOTA 28 - RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

As receitas e despesas financeiras incorridas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 foram como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Receita financeira:				
Receita de aplicações financeiras	9.995	7.388	10.320	8.429
Variáveis monetárias ativas (i)	23.305	8.231	25.774	10.123
Descontos obtidos	1	1.917	1	2.244
Juros provisionados e recebidos	6	98	9	105
Outras receitas financeiras	4.003	11	4.693	845
	37.310	17.645	40.797	21.746
Despesa financeira:				
Juros pagos ou incorridos	(13.264)	(4.973)	(13.264)	(4.975)
Variável monetária passiva	(3.940)	(11.766)	(4.305)	(11.780)
Comissões e despesas bancárias	(1.129)	(77)	(1.202)	(79)
Descontos concedidos	(5)	-	(6)	-
Outras despesas financeiras	(1.226)	(1.672)	(1.372)	(2.207)
	(19.564)	(18.488)	(20.149)	(19.041)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	17.746	(843)	20.648	2.705

Receita financeira:

Receita de aplicações financeiras
 Variações monetárias ativas (i)
 Descontos obtidos
 Juros provisionados e recebidos
 Outras receitas financeiras

Despesa financeira:

Juros pagos ou incorridos
 Variável monetária passiva
 Comissões e despesas bancárias
 Descontos concedidos
 Outras despesas financeiras

Receitas (despesas) financeiras, líquidas

(i) Atualização monetária positiva recebimento precatório SUFRAMA e CACEX - Vide Nota 13.

NOTA 29 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
Reconciliação da Despesa do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social referentes aos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, demonstrados no resultado, apresentam a seguinte reconciliação em seus valores às alíquotas nominais:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e da contribuição social de operações continuadas	(14.416)	(49.148)	(14.403)	(49.492)
Imposto de renda e contribuição social a alíquotas nominais (34%)	4.901	16.710	4.897	16.827
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:				
Resultado de equivalência patrimonial	(2.559)	(6.503)	(555)	(7.116)
Participações estatutárias	(522)	(649)	(522)	(649)
Realização de ajuste a valor presente sobre precatório	(5.019)	-	(5.019)	-
Outros	(1.820)	928	(3.849)	1.758
(Despesas)/benefício com imposto de renda e contribuição social total	(5.019)	10.486	(5.048)	10.820
Alíquota efetiva:	35%	-21%	35%	-22%
Imposto de renda e contribuição social - correntes	-	-	(387)	(670)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(5.019)	10.486	(4.661)	11.490

NOTA 30 - PLANO DE OPÇÕES DE AÇÕES

A Companhia, até o ano de 2006, possuía Plano para Outorga de Opções de Ações conforme previsto no Estatuto Social com objetivo de integrar seus executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trariam para as ações representativas do capital da Companhia.

Esse plano era administrado pelo Comitê de Opções ("Comitê") e as opções outorgadas eram aprovadas pelo Conselho de Administração. Os participantes do plano eram selecionados a exclusivo critério do Comitê dentre os executivos da Companhia. O preço de período fixado na outorga da opção tinha como base a cotação média dos preços das ações da Companhia nos pregões da BM&FBOVESPA, compreendendo o período de no mínimo 1 (um) e no máximo 12 (doze) meses anteriores à data de emissão das opções. A critério do Comitê, era facultado, ainda, um ajuste no preço médio de até 50% para mais ou para menos.

As premissas utilizadas no valor justo das opções, com base no modelo "Binomial", foram as seguintes:

PREMISSAS
Data da outorga

	Plano 2006
Quantidade de ações outorgadas (i) (ii)	173.333
Preço da ação na data da outorga (em reais - R\$) (ii)	45,60
Preço de exercício (em reais - R\$) (ii)	36,45
Valor justo da opção (em reais - R\$) (ii)	32,88
Prazo de carência	30/06/2007
Prazo limite para exercício	31/12/2016
Volatilidade	65,0%
Dividendos (dividend yield)	2,7%
Taxa de retorno livre de risco	13,7%

(i) Descontados os cancelamentos.

(ii) Considera agrupamento, na proporção de 15 ações para cada um, realizado em Outubro de 2006.

A volatilidade compreende o período dos últimos 3 anos até a data da outorga de cada plano.

Nenhuma opção de compra de ações foi exercida até o momento e não houve movimentação na quantidade de ações dos planos descritos acima no período apresentado. O montante registrado como reserva de capital no patrimônio líquido é de R\$ 5.701 (Nota 22). Em 31 de dezembro de 2015 o preço de mercado das ações era de R\$ 15,00 (em reais R\$) R\$ 16,10 (em reais R\$) em 31 de dezembro de 2014) por ação.

NOTA 31 - PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia e suas controladas fazem parte do grupo de patrocinadoras da Fundação Itaúsa Industrial (Fundação), entidade sem fins lucrativos, que tem como finalidade administrar planos privados de concessão de benefícios de pecúlios ou de renda complementares ou assemelhados aos da Previdência Social. A Fundação administra um Plano de Benefício Definido ("Plano BD") e um Plano de Contribuição Definida ("Plano CD").

(a) Plano de Benefício Definido - Plano BD

É um Plano que tem como finalidade básica a concessão de benefícios que, sob a forma de renda mensal vitalícia, se destina a complementar, nos termos de seu regulamento, os proventos pagos pela Previdência Social. Este plano encontra-se em extinção, assim considerado por vedar o acesso de novos participantes.

O plano abrange os seguintes benefícios: a complementação de aposentadoria, por tempo de contribuição, especial, por idade, invalidez, renda mensal vitalícia, prêmio por aposentadoria, pecúlio por morte.

No 1º trimestre de 2013, a Companhia registrou ativo correspondente ao equacionamento do superávit e restabelecimento do equilíbrio técnico do Plano BD a ser realizado em 36 parcelas mensais, remuneradas pelo retorno dos investimentos do Plano de previdência BD.

(b) Plano de contribuição definida - Plano CD

Este plano é oferecido a todos os colaboradores da Companhia e suas controladas, e contava em 31 de dezembro de 2015 com 2.287 participantes, sendo 123 assistidos, 39 ativos e 2.125 vinculados (2.470 em 31 de dezembro de 2014).

No Plano CD - PAI (Plano de Aposentadoria Individual) não há risco atuarial e o risco dos investimentos é dos participantes (Nota 2.14a).

Fundo programa previdencial

As contribuições das patrocinadoras que permaneceram no plano em decorrência dos participantes terem optado pelo resgate ou pela aposentadoria antecipada, formaram o fundo programa previdencial, que de acordo com regulamento do plano, vem sendo utilizado para compensação das contribuições das patrocinadoras.

NOTA 32 - SEGUROS

A Companhia com apoio de consultores de seguros, busca estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia mantém os seguintes contratos para as coberturas de seguros:

Modalidade	Abrangência	Importância segurada
Patrimonial	Quaisquer danos materiais a: estoques, ativo imobilizado (exceto veículos).	19.948
Responsabilidade Civil de Administradores	Processos ou procedimentos administrativos, arbitrais e/ou judiciais decorrente de perdas e danos impostos ao administrador.	100.000

NOTA 33 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

Em função do reposicionamento estratégico adotado pela Companhia e a formalização da parceria com a OKI Electric Industry Co. Ltd., a partir de 2014 a Itaútec está operando em um único segmento operacional. Desta forma, a Administração passou a avaliar seus resultados de forma consolidada.

NOTA 34 - EVENTO SUBSEQUENTE

O Termo de Compromisso (vide Nota 22 (e)), em processo de formalização, também estabelece:

- alienação de ações à Itaútec pelo valor de R\$ 46,59 (em reais R\$) por ação, aos acionistas que tinham direito de dissentir e ainda permaneceram com suas ações e;
- pagamento de crédito complementar de R\$ 27,83 (em reais R\$) por ação ou a diferença a ser apurada entre o valor da alienação das ações e o valor ajustado de reembolso de R\$ 46,59 (em reais R\$ (menor valor)) por ação, para os acionistas que tinham direito de dissentir e alienaram suas ações após o período de dissidência.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			DIRETORIA		
PRESIDENTE Ricardo Egydio Setubal	VICE-PRESIDENTE Alfredo Egydio Arruda Villela Filho	CONSELHEIROS Henri Penchas Olavo Egydio Setubal Júnior Rodolfo Villela Marino	DIRETOR-PRESIDENTE João Jacó Hazarabedian	DIRETORES Renata Martins Gomes Rodolfo Latini Neto (*)	CONTADORA Sandra Oliveira Ramos Medeiros CRC 1SP 220957/O-9
			(*) Diretor de Relações com Investidores		

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

Itaútec S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Itaútec S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaútec S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Ênfase

Sem ressaltar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis, chamamos a atenção ao assunto descrito na Nota 1 (b), explicando que a Companhia se encontra, por decisão do Conselho de Administração, em processo de desativação substancial de suas atividades fabris, tendo apresentado prejuízos operacionais nos últimos exercícios sociais, não existindo ainda definição quanto continuidade dos negócios. Não obstante, as demonstrações contábeis foram preparadas sob o pressuposto de continuidade das operações, sem quaisquer ajustes para refletir esse reposicionamento estratégico.

Outros assuntos
Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2016.



BAKER TILLY BRASIL
 AUDITORES INDEPENDENTES S/S
 CRC-2SP016754/O-1

Ricardo Julio Rodil
 Contador - CRC-1SP111.444/O-1

Serviço de Atendimento ao Assinante

- Alterações cadastrais
- Dúvidas e sugestões
- Solicitação de exemplares
- Informações sobre sua assinatura
- Orientações de acesso ao DCI online

Entre em contato com nosso serviço de atendimento:
 De segunda à sexta-feira das 8h às 18h.

(11) 5095-5335
 São Paulo e Grande SP

0800 770 3324
 Demais Localidades



Vamos ao que interessa.